
Em Busca de um Republicanismo Brasileiro

Rachel Silva da Rocha Coutinho ¹

Resumo

Desde a Antiguidade, a filosofia busca encontrar a melhor forma de governo para os homens. Platão, em sua obra *A República*, já havia dedicado-se a estabelecer as bases e as possíveis degenerações das principais formas de governo. Contudo, foi apenas no século XIV, com a ascensão do Humanismo, que uma transformação na forma de pensar as instituições que regem a vida civil ocorreu, gerando a transposição da centralidade das relações sociais efetivamente para a esfera humana e abrindo espaço para a valorização da vida ativa no contexto da cidade. Neste sentido, a importância de tornar a *civitas* um espaço propício à ação cívica, tendo como norte a ideia de “bem comum” foi personificada na República. A experiência republicana de Roma, tão elogiada por autores como Cícero e Maquiavel, foi o primeiro exemplo de organização do poder tendo em vista a ideia de “bem público”. Embora seu declínio tenha culminado na tirania do imperador Júlio César, o princípio da *res publica* – da “coisa pública” – iniciado em Roma alastrou-se pelo mundo, adquirindo alguns valores peculiares a cada matriz e realçando a visão de bem comum permeada no contexto republicano.

Este resumo visa apontar os percalços iniciais de uma pesquisa que busca investigar uma possível matriz republicana brasileira, que, conquanto flerte com sua expressão clássica, é capaz de constituir veredas

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense e bolsista de iniciação científica da Faperj. Orientada pelo professor do Inest/UFF Victor Leandro Chaves Gomes e co-orientada pelo professor Frederico Carlos de Sá Costa, da mesma instituição. Contato: rachelcoutinho@id.uff.br / (21) 98119-3608.

singularmente calcadas nos matizes da cultura nacional. Diante da riqueza do pensamento político e social brasileiro, retratado por grandes autores em obras brilhantes, resolvemos, para fins metodológicos, realizar um recorte na pesquisa original. Dessa forma, trataremos neste texto de apenas cinco desses autores: Joaquim Nabuco, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro.

Com forte inclinação monarquista, Joaquim Nabuco (1849-1910), contudo, não se enquadrou nos quesitos de um tradicional conservador. Crítico vigoroso da centralização decisória, o autor compara, em sua obra *Minha Formação*, o parlamentarismo inglês com as estruturas republicanas francesas e estadunidenses, chegando à conclusão que no regime monárquico o rei estaria mais exposto aos constrangimentos do parlamento, de forma que este se limite a reinar, mas não governar. De acordo com Nabuco, a figura do monarca traria estabilidade, uma vez que se poderia conhecer o futuro regente de uma nação. Nas repúblicas², ao contrário, o chefe de Estado eleito teria muito mais liberdades, diante da chancela da sociedade que o elegeu para dirigir o país por alguns anos.

Vemos que a preocupação do autor é muito mais latente na possibilidade de monopólio do poder por uma única entidade política, do que com o modelo de governo de um Estado (muito embora sua preferência pela monarquia seja bastante clara). Prova disso foram as críticas de Nabuco ao poder moderador. Ademais, a principal bandeira do ex-diplomata era o abolicionismo. Sensibilizado pela questão escravista, o autor exclama:

A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil. Ela espalhou por nossas vastas solidões uma grande suavidade; seu

² Joaquim Nabuco aqui se refere mais ao modelo presidencialista do que à “república” enquanto “governo de todos”.

contato foi a primeira forma que recebeu a natureza virgem do país, e foi a que ele guardou; ele povoou-o, como se fosse uma religião natural e viva, com os seus mitos, suas legendas, seus encantamentos; insuflou-lhe sua alma infantil, suas tristezas sem pesar, suas lágrimas sem amargor, seu silêncio sem concentração, suas alegrias sem causa, sua felicidade sem dia seguinte... É ela o suspiro indefinível que exalam ao luar as nossas noites do Norte. (NABUCO, 1949, p. 181-182)

Nabuco era um grande admirador do Estado nacional e do parlamento enquanto espaço “de entendimento entre as oligarquias regionais e a burocracia imperial” (ALENCASTRO, 1999, p. 123). Sua inclinação monarquista não o impediu de reconhecer as debilidades deste sistema, apontando a escravidão e a centralização do poder como principais causas da queda da monarquia e do regime parlamentarista. Neste sentido, diante do cenário de esgotamento das estruturas políticas e do caos gerado pelas elites insatisfeitas, a instituição da república era vista como única saída para salvar o Estado brasileiro.

De forma distinta, Oliveira Viana (1883-1951) procurava distanciar-se das comparações concernentes à realidade institucional de outros Estados para concentrar-se numa problemática interna ao Brasil: a dissonância entre o direito público das elites e o direito costumeiro do “povo-massa”. Apresentando a base cultural do país como originada de uma formação feudal e parental, o autor relata que a consequência de tal processo é uma cultura política “privatista, particularista, personalista, localista e paternalista-autoritária” (ALMEIDA, 1999, p. 303). Portanto, a realização de uma reforma política (e a instauração de uma verdadeira república) demandaria uma profunda transformação na cultura política da sociedade brasileira.

Para Viana, a proclamação da República conseguiu transformar o “povo-massa” em cidadão sem, contudo, conceder-lhe um papel politicamente mais efetivo. A solução estaria, portanto, na renovação das elites “brincas” que se encontram no poder. O verdadeiro espírito republicano estaria, segundo o autor, sob a condução do Estado por “magistrados esclarecidos” capazes de implantar, através do uso de certa coerção, uma nova cultura política no Brasil, de forma a assegurar as liberdades civis e individuais e construir um ambiente político pautado no direito costumeiro do “povo-massa”.

Em *Casa Grande e Senzala*, Gilberto Freyre (1900-1987) procura compreender a formação da sociedade brasileira a partir dos eixos étnico-cultural e econômico. A questão racial é ressaltada pelo autor, que compreende a diversidade como um fator democratizante da nação brasileira (ou, ao menos, redutor de disparidades). O autor assume como sua problemática central a estrutura patriarcal do colonialismo português, centrado na relação família-monocultura latifundiária.

A figura do negro (no caso, da mulher negra) dentro da casa grande evidenciou o que Freyre chama de “erotismo patriarcal”, onde tudo parece ser atravessado por uma ambiguidade essencial, remetendo ao vulgar e ao sublime, à virtude e ao pecado. É essa relação que torna as desigualdades mais intensificadas. A distinção entre herdeiros e bastardos, associada às problemáticas sociais como as doenças e a desnutrição é que constituem as verdadeiras mazelas da nação. As diferenças, no entanto, promovem alguma fecundidade e confraternização e o domínio das paixões vai, por conseguinte, permitir que a afirmação daqueles polos opostos conviva com um grau inusitado de proximidade.

Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), por sua vez, acaba por romper com a demasiada ênfase que se dava à herança colonial portuguesa na sociedade brasileira. De acordo com o autor, embora a cultura europeia tenha importante papel no processo de construção do Brasil, não houve uma completa adaptação a esta e, portanto, o produto desta influência e de tantas outras constitui uma sociedade totalmente nova.

Ao dissertar sobre as características da matriz ibérica, o autor destaca a incapacidade de organização social (advinda da ausência de uma moral do trabalho), a valorização de um personalismo aristocrático e a dificuldade de se estabelecer uma comunidade política estável (esta última apresenta-se como consequência das duas características anteriores). De acordo com o autor, herdamos apenas parte de tais características. Em *Raízes do Brasil*, Holanda busca apontar os fortes traços da brasilidade, como “homem cordial”, que não pressupõe bondade, mas somente o predomínio dos comportamentos de aparência afetiva, não necessariamente sinceros nem profundos, que se opõem aos ritualismos da polidez.

Apresentando uma visão distinta quanto à potencialidade da influência portuguesa na organização da sociedade brasileira, Raymundo Faoro (1925-2003) aponta que a colonização lusitana organizou uma associação entre a estrutura patrimonial e o sistema feudal, possibilitando a formação de um aparelho estatal e de uma sociedade gerida por estamentos e classes que estabelecem o controle da esfera política e comercial (SOUZA, 1999, p. 340). Para Faoro, a essência da corrupção e da burocracia no Brasil forma-se a partir desta estrutura.

Deixando de lado um discurso mais ufanista de exaltação da cultura brasileira, Faoro procura discutir suas mazelas. Para o autor, a escolha da liberdade em detrimento da democracia possibilitou o ajuste social

necessário para garantir direitos civis e políticos “sem, contudo, tocar no problema da partilha de poder entre os cidadãos” (*Ibidem*, p. 342). O papel da burocracia na disposição do poder no Brasil seria, portanto, de “acomodação das mudanças sem alteração das estruturas” (*Ibidem*, p. 354).

Sob este contexto, Faoro argumenta que a construção do Estado brasileiro ocorreu independente do ideal de nação, afastando toda e qualquer concepção de soberania advinda do contexto popular (*Ibidem*, p. 354-355). Ademais, o autor aponta a manutenção de um capitalismo de Estado que sufocava a burguesia pela supremacia da coroa, gerando um ambiente onde a economia não se autonomiza da política, a sociedade civil não se aparta do Estado e a esfera privada dos interesses deve sua legitimação à esfera pública.

Conquanto discordando em inúmeros aspectos, os autores mencionados buscam, a partir de seus relatos acerca dos pilares de sustentação da organização da estrutura de poder do Estado brasileiro, indicar a origem das mazelas da nossa sociedade. Com expectativas mais ou menos favoráveis acerca do futuro, o fato é que todos procuram incutir à sua discussão uma possível solução ou, ao menos, um método para atenuar as desigualdades existentes na nação. Resta-nos, portanto, realizar algumas ponderações acerca do que foi apresentado.

Bastante próximo da cultura europeia, Joaquim Nabuco aparenta ser o único autor que discute a noção de “bem público” nos moldes europeus, que concerne à preocupação com a concentração de poder em um só ente político. No entanto, Raymundo Faoro e Oliveira Viana também discutem esta temática, em menor escala. De certa forma, este último apresenta uma visão que embora não se amolde à definição *stricto* de “bem público” é

particular a este: a renovação da cultura política brasileira³. A corrupção das instituições brasileiras é fruto de uma herança colonial privatista, paternalista e autoritária, onde as mudanças condicionam um mero reequilíbrio do sistema político. Faoro, por sua vez, partindo de uma similar concepção acerca das elites brasileiras, admite que a colonização portuguesa provocou no Brasil uma associação entre a estrutura patrimonial e o sistema feudal (*Ibidem*, p. 340), de forma a promover no país uma organização do poder centralizada, onde o controle político e econômico está nas mãos das elites.

Embora não possamos falar estritamente em uma noção de “bem público” (em um sentido cívico) partilhada entre todos os autores, podemos, ao menos, apontar a existência de um anseio comum por tornar o Brasil um país menos injusto através da renovação da cultura política, da educação ou da revolução. Por meio de um desses três pilares seria possível transformar o “povo-massa” em cidadãos, inserindo-os na esfera política e tornando-os minimamente influentes neste âmbito.

Contudo, justamente porque esta inserção no campo político não pode ser considerada total, a visão do “bem público”, nos moldes tradicionais, não pode ser alcançada em sua plenitude. O esforço para a democratização do espaço de atuação política visa, pois, atenuar as disparidades presentes em uma organização estamental (ou de classes) originada a partir da estrutura colonial sob a qual a nação foi fundada. Portanto, foge ao tema a visão do cidadão enquanto parte *da civitas* no que tange a uma concepção clássica presente no *ethos* da República. Ao invés disso, a preocupação dos autores concentra-se na inserção das camadas mais baixas da sociedade na *civitas*, ou seja, torná-las politicamente relevantes (para além do voto, é claro) sem,

³ No caso de Oliveira Viana, esta renovação da cultura política poderá ser alcançada através de um governo composto por uma elite de indivíduos excepcionais, ao estilo platônico.

no entanto, conferir-lhes uma cultura cívica a ponto de mudar as diretrizes do sistema.

O fato é que são muitos os obstáculos oriundos de uma herança colonial a serem derrubados. É preciso primeiro superar ao menos parte da desigualdade para que se possa pensar em incutir no povo o desejo de atuação na esfera política. Desta forma, os autores trabalhados buscam discutir a sociedade sob um aspecto realista, apresentando formas possíveis para a transformação do país em uma verdadeira nação.

Ao que parece, a questão colonial poderia ser compreendida como um ponto de partida para a reflexão acerca de um possível republicanismo à brasileira. Contudo, a ausência de elementos factíveis que comprovem o aspecto do “bem comum” como elemento perene e partilhado entre os autores vistos como tradicionais do pensamento social e político brasileiro, nos impede de afirmar de forma concisa e direta a existência de um republicanismo por essência ou mesmo de um novo fenômeno, singular e pertinente ao Brasil.

Palavras Chave: Pensamento Social Brasileiro, republicanismo, bem comum e colonialismo

Referências

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. “Oliveira Viana: Instituições Políticas Brasileiras”. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). Introdução ao Brasil: um banquete no Trópico. São Paulo: Editora SENAC, 1999.

BIGNOTTO, Newton. Maquiavel Republicano. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. (org.). Matrizes do Republicanismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

NABUCO, Joaquim. Obras completas de Joaquim Nabuco: Minha formação – Volume 1. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

SADEK, Maria Tereza. “Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtù”. In: WEFFORT, Francisco (org.). Os Clássicos da Política – Volume 1. 13. ed. São Paulo: Ática, 2001.

SALLUM JR., Basílio. “Sérgio Buarque de Holanda: Raízes do Brasil”. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). Introdução ao Brasil: um banquete no Trópico. São Paulo: Editora SENAC, 1999.

SOUZA, Laura de Mello e. “Raymundo Faoro: Os donos do poder”. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). Introdução ao Brasil: um banquete no Trópico. São Paulo: Editora SENAC, 1999.